



ATA 05/2023

**AUDIÊNCIA PÚBLICA DA REVISÃO DO ATUAL PLANO DIRETOR
PARTICIPATIVO DE CRICIÚMA/SC**

30/10/2023

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se no Salão Ouro Negro, na Prefeitura de Criciúma, a audiência pública de apresentação dos trabalhos da Revisão da atual Lei do Plano Diretor Participativo de Criciúma. Os trabalhos iniciaram às 19h, com a presença de 17 (dezesete) pessoas, todos relacionados na lista de presença parte integrante desta ata. A reunião foi aberta pela Procuradora Dra. Raquel Felício, que cumprimentou a todos pela presença, na sequência a mesma deu início a apresentação dos trabalhos, iniciando com os OBJETIVOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA NA REUNIÃO DO CDM, que são: Apresentar à apreciação pública assuntos gerais referentes ao planejamento urbano municipal; Colher dados, informações, anseios, críticas e sugestões. A audiência possui o seguinte regimento interno, sendo esses apresentados: o início dos trabalhos, às 19 horas e deve ser conduzida por representante da PMC, ela segue o regimento normativo aprovado pelo CDM em 12 de março de 2015, os participantes que desejarem fazer perguntas aos expositores deverão inscrever-se previamente ou durante apresentação, a manifestação dos inscritos se dará preferencialmente na forma oral e na impossibilidade por escrito. Cada inscrito terá três minutos para perguntas ou comentários, poderá se dispor de um minuto para complementações da fala. O responsável pela condução dos trabalhos poderá flexibilizar a dinâmica da audiência pública, os participantes deverão ater-se ao teor dos temas em discussão nesta audiência, após 03 horas o responsável dará por encerrada a audiência pública. A ata da audiência pública será lavrada pelo representante da PMC e disponibilizada por meio eletrônico. Em seguida, deu-se início a apresentação dos trabalhos da Revisão da atual Lei do Plano Diretor Participativo de Criciúma, pelo Arq. Maurício Carneiro, membro da Comissão de Revisão do PD. Foi apresentado o que é o Plano Diretor: é um instrumento da política urbana instituído pela Constituição Federal de 1988, que o define como “instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.” Foi regulamentado pela Lei Federal n.º 10.257/2001, mais conhecida como Estatuto da Cidade, na sequência apresentou-se um vídeo referente ao conceito deste. Direcionando na sequência, como é o mesmo em nossa cidade, apresentando um breve histórico da criação deste, sendo, o primeiro feito no ano de 1973, o segundo em 1984, o terceiro em 1999, e apresentou uma breve imagens do crescimento ao longo dos anos de nossa cidade. Foi apresentado também, que para esta revisão o grupo de trabalho dividiu o município em 05 regiões, sendo, norte, leste, centro, oeste e sul. Dando sequência aos trabalhos, a apresentação foi direcionada ao atual Plano Diretor Participativo do Município de Criciúma, Lei Complementar n.º 095/2012, que foi construída de um somatório da leitura técnica, leitura comunitária e condicionantes existentes, como as questões ambientais, sociais, culturais, econômicas, de ocupação urbana e zoneamento passados e consolidação da ocupação urbana, que direcionaram a diretrizes urbanísticas. Dando sequência, foi mostrado os objetivos do Plano Diretor de Criciúma, que são: apresentar conceitos fundamentais de ordenação e planejamento físico-territorial; definir o macrozoneamento municipal, fundamentado nas características atuais de uso e ocupação do solo;



definir as áreas de interesse especial, estabelecendo nos mapas anexos as zonas de especial interesse social, zonas de especial interesse histórico/cultural, zonas de especial interesse ambiental, zonas de interesse da coletividade e zonas de especial interesse na recuperação ambiental-urbana; orientar os investimentos do poder público de acordo com os objetivos e diretrizes estabelecidos nesta lei e nas leis que complementarem o plano diretor participativo municipal. Exposto também, quais as leis podem integrar o Plano Diretor, que são: a Lei de Zoneamento e Ocupação do Solo; Lei do Parcelamento do Solo Urbano; Lei do Código de Obras; Lei do Código de Posturas; Lei de Mobilidade Urbana; e outras leis. E por fim, foi apresentado até o presente momento o que foi realizado para esta atual revisão; em abril de 2023, foi formado a Comissão Técnica para a revisão do PD, com a publicação do Decreto SG nº 976/23; foi criada uma página na internet, onde estão disponibilizados todos os arquivos para consulta e prestação de contas do que será realizado (<https://planodiretor.criciuma.sc.gov.br/revisao-plano-diretor>), no qual estarão as informações de Cronograma de Atividades, Reuniões da Comissão, Apresentações, Consulta Pública, Audiências Públicas, Atas e demais documentos, que serão sistematicamente atualizadas para informação; foi provado o cronograma e as atividades para o desenvolvimento dos trabalhos pelo CDM; foi verificado o total de aprovações de licenças de construção e relativos alvarás de uso (habite-se), para a verificação e espacialização dos vetores de crescimento urbano, no período de 2012 até 2022, além da elaboração de mapas com a localização das aprovações dos parcelamentos do solo, também foram analisadas neste período as imagens aéreas oficiais e as disponibilizadas por meio da internet; buscou-se também a reunião de várias informações públicas já existentes, com ênfase nas áreas de saúde, social, educacional, econômica e infraestrutura, para a verificação do crescimento urbano e a abrangência destas áreas ao longo do município. Estes levantamentos de dados e pesquisas gerais auxiliaram a Comissão Técnica na proposição de atualizações e correções na Lei do Plano Diretor e, por sua vez, apresentam para a população as características urbanas, ambientais, econômicas e sociais do município. E foi feita a elaboração de Consulta Pública para a obtenção da Leitura Comunitária da cidade, com os seguintes títulos: Identificação dos participantes; Problemas e qualidades da cidade que temos; Percepções, sentimentos e desejos com relação à cidade e seu futuro; Imagem característica da cidade; Conhecimento da legislação urbanística; Contribuições a revisão do PD. No qual a população pode participar através do link: bit.ly/43KTXTW, que é o endereço eletrônico onde está o formulário com a pesquisa popular referente à revisão do plano diretor participativo de Criciúma/SC, e a população pode encontrar os documentos referentes ao plano diretor atual e toda a documentação para a revisão, no link: <https://planodiretor.criciuma.sc.gov.br/>. Após a apresentação, foi aberto aos questionamentos a respeito desta reunião e consequentemente da Revisão do Plano Diretor, e estes foram esclarecidos. Uma participante, historiadora, falou que participou dos primeiros tombamentos dos edifícios da cidade, e tem a preocupação da preservação de forma materializada da memória da cidade, que vimos que a cada minuto está desaparecendo, ou seja, os tempos históricos de Criciúma estão desaparecendo com o processo de verticalização e de urbanização muito maciço, muito emergente, afoito, muito em cima da especulação imobiliária, assim como o verde da cidade está desaparecendo também, apresenta que o Plano Diretor precisa acolher todas as “criaturas”, que não são humanas, que não possuem recurso financeiro, mas que a vida delas depende da nossa vida, e apresentamos que seria interessante, a participação de historiadores de pessoas que cuidam dos patrimônios no CDM, para essas questões e que alguns desses estão listados do conselho e foram convidados desde 2021, porém não participam, e não aparecem.



Outro participante morador do Pio Correa, da Rua Augusto dos Anjos, fez a colocação que esse bairro passou a ser mais comercial, e solicitou que fosse alterado o índice construtivo naquela região, em justificativa achou-se interessante essa colocação, e solicitou que o mesmo se preenche o questionário e nas sugestões colocasse essa. O Arq. Mauricio Carneiro falou um pouco sobre o verde da cidade, dizendo que a cidade foi “pelada” até os anos 1980, e que fazendo um comparativo de hoje até essa época, verificamos que hoje tem muito mais árvores que nos anos de 1980, falando que estamos preservando, guardando, disse sobre ter o controle da expansão urbana, dizendo que defende a verticalização, e a ideia de ocupar aquilo que já temos, preservar e melhorar as áreas verdes. O Arq. Jefferson Aléssio, falou sobre a arborização em vias, assim como disse que existe o projeto de arborização nas vias públicas que não teve andamento, e que a ideia do Plano Diretor, também é reviver esse projeto. A fala voltou para a participante historiadora, questionando se era possível, constar no Plano Diretor, a preservação de elemento histórico/cultural significativo para cada região, antes que acabe tudo, por exemplo, na região da Primeira Linha, que tinha a antiga fábrica de banha construída pelo Marcos Rovaris, nos anos 1920, assim como algumas igrejas que tem outras regiões, onde poderia ser realizado uma pesquisa pela fundação cultural, a fim de levantar esses patrimônios, outro exemplo seria a Chaminé localizada na região da Próspera, na qual deveria ser preservada com muito carinho, porque o patrimônio ambiental no entorno da chaminé já foi para o chão, que era eucaliptos, no qual marcavam a história de um momento, o Engº Ambiental Guilherme, representante da DMACRI, apresentou que esses eucaliptos estavam com perigo de queda, e a mesma disse que esses poderiam passar por tratamento/substituição, tendo em vista o patrimônio a e memória que existia ali. A mesma ainda fala sobre ao patrimônios ambientais, fala que as vias faltam a construção do verde, das árvores, da arborização das vias, fala que os prédios precisam plantar árvores, a mesma pediu para registrar sobre a gruta do bairro Ceará, e o casal de Quati, que foi encontrado lá, para pensar nesses espaços que concentram o verde nas cidades, que de forma isolada, esses não estão isolados, nem o Morro do Céu, e nem o Morro Cechinel que desembocam na gruta, e esses são corredores dessas espécies, e se a gente ignorar isso, no Plano Diretor nos corremos o risco, de autorizar algumas construções que podem acabar com esses corredores e conseqüentemente, com a circulação dessas espécies, além disso pode determinar que, se caso o entorno do Morro do Céu seja muito devastado, e não for cuidado, a cidade pode passar por deslizamentos, calor demais, falta de ar, inundações, entre outros riscos. Outro participante fez um adentro sobre a acessibilidade da cidade, dizendo que o Plano Diretor precisa ter um foco nessa questão, tendo em vista os problemas graves de acessibilidade que o município apresenta, e uma participante deixou como sugestão, tendo em vista que construir e padronizar as calçadas para a acessibilidade tem um certo custo, e a mesma sugeriu para que o poder público nos bairros mais periféricos, ajudasse, de alguma forma, subsidiasse, para facilitar a padronização dos bairros em relação a acessibilidade. Um morador do bairro Michel, falou sobre o crescimento do bairro, de residencial, para multifamiliar e para comercial, e disse que o entorno da Rua Desembargador Pedro Silva, e da Rua Joaquim Nabuco, por conta da própria verticalização, igrejas, colégios, entre outros, as vias laterais e paralelas precisam de melhorias, alternativas pensando no trânsito. Por fim, foi agradecida a presença de todos nessa reunião e a mesma teve o seu término às 20h20min. Esgotados os assuntos encerraram-se os trabalhos. Eu, Gabriele Bis Meller, lavrei a presente Ata.